Portugal no grupo dos países com maior número de ratificações

Portugal among the countries with highest ratification rates

As Normas Internacionais do Trabalho (NIT) são instrumentos jurídicos elaborados pelos constituintes tripartidos da OIT (governos, empregadores e trabalhadores) e revestem-se de duas formas: convenções e recomendações.

International labour standards (ILS) are legal instruments drawn up by the ILO's constituents (governments, employers and workers). They are either Conventions or Recommendations.

As convenções são tratados internacionais juridicamente vinculativos e estão sujeitas a ratificação por parte dos Estados-membros.

The Conventions are legally binding international treaties that may be ratified by member States.

As NIT dizem respeito, desde logo, à defesa dos direitos humanos e constituem um importante instrumento para assegurar um mundo do trabalho mais humano e mais justo.

The ILS are primarily concerned with the defence of human rights and are an important tool for ensuring a more humane and fair world of work.

As convenções fundamentais traduzem os quatro princípios e direitos fundamentais plasmados na Declaração da OIT de 1998: liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de toda e qualquer forma de trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil; e eliminação da discriminação em matéria de emprego e de profissão.

The "fundamental" Conventions cover the four fundamental principles and rights enshrined in the 1998 ILO Declaration: freedom of association and the effective recognition of the right to collective bargaining; the elimination of all forms of forced or compulsory labour; the effective abolition of child labour; and the elimination of discrimination in respect of employment and occupation.

Os Estados-membros, mesmo não tendo ratificado estas convenções fundamentais, pelo simples facto de fazerem parte da OIT, são obrigados a adaptar a sua legislação e prática em conformidade com o disposto nessas normas.

Even if member States have not ratified the fundamental Conventions, the fact that they are part of the ILO means they are obliged to adapt their legislation and practice in accordance with the provisions of the respective standards.

Até ao 25 de abril de 1974, Portugal apenas ratificara 35 das mais de 130 convenções adotadas até à data. E, durante o Estado Novo, fê-lo sobretudo por razões políticas. Por exemplo, num apontamento do chefe do Serviço de Relações Internacionais do Ministério das Corporações e Previdência Social, de 8 de Novembro de 1965, aconselha-se a ratificação da Convenção (Nº 100) pelo «favorável alcance político em Genebra, onde, como se sabe, as coisas portuguesas não vão correndo de feição de há uns anos a esta parte».

A ratificação das convenções obrigava a alterações legislativas apenas concretizadas a partir de 1976.

Until 25 April 1974, Portugal had only ratified 35 of the more than 130 Conventions adopted at that time, and, during the Estado Novo (New State), it did for political concerns. For example, a memorandum, dated 8 November 1965, from the head of the International Relations Service of the Corporations and Social Welfare Ministry, recommended the ratification of Convention No. 100 because of "the favourable political reach it would have in Geneva, where, as we know, Portuguese affairs have not been going well for some years."

The ratification of the Conventions required legislative changes that were only implemented from 1976 onwards.

A década de 1980 foi o período de ouro das ratificações, nada menos do que 30 convenções. O país procurava aproximar-se dos demais países europeus e fazia um esforço de criação e modernização das instituições de regulação das relações laborais e de execução das políticas públicas de emprego e formação profissional.

Quanto às convenções prioritárias, Portugal ratificou em 1981, a convenção (N.º 122), sobre política de emprego e a convenção (N.º 144), sobre consultas tripartidas sobre as normas internacionais do trabalho e, em 1983, a convenção (N.º 129), sobre a inspeção do trabalho na agricultura.

The golden age of ratifications was the 1980s, when Portugal ratified no less than 30 Conventions. It endeavoured to become more aligned with other European countries and made efforts to create and modernise its labour relations regulation institutions and to implement public policies on employment and vocational training.

With regard to the Priority Conventions, in 1981 Portugal ratified the Employment Policy Convention (No. 122) and the Tripartite Consultation (International Labour Standards) Convention (No. 144). By ratifying the Labour Inspection (Agriculture) Convention (No. 129) in 1983.

Nos anos 1990 foram ratificadas oito convenções, de abrangência genérica. Desde o início deste século, registaram-se mais dez ratificações, das quais se destacam as quatro últimas: a convenção (N.º 189), trabalho digno para o trabalho doméstico, ratificada em 2015; a convenção do trabalho marítimo (CTM), ratificada em 2016; a convenção (N.º 187), sobre o quadro promocional para a saúde e segurança no trabalho, ratificada em 2017 e a convenção (N.º 188), relativa ao trabalho no setor da pesca, no quadro da campanha de ratificação do centenário lançada pela OIT.

Nos cem anos da OIT, em 2019, Portugal, figura no grupo dos 20 que mais convenções têm ratificadas.

In the 1990s, a further eight more generic Conventions were ratified. Since 2000, there have been ten more ratifications, the last four of which were: the Domestic Workers Convention (No. 189), ratified in 2015; the Maritime Labour Convention (MLC), ratified in 2016; Promotional Framework for Occupational Safety and Health Convention (No. 197), ratified in 2017 and the Work in Fishing Convention, No. 188, during the ILO ratification campaign launched in 2017.

In 2019, the ILO's 100th anniversary year, out of a membership of 187 member states, Portugal ranks amongst the 20 countries that have ratified most Conventions.

Vital Moreira

Comissário para as Comemorações dos 70 anos da DUDH, Público, 07/09/2018
Commissioner for Commemorations of the 70th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights, Público, 7th september 2018

À viragem constitucional interna em 1976, seguiu-se uma viragem histórica na frente internacional. Desde então, nestas quatro décadas, Portugal tem-se vinculado sistematicamente às numerosas convenções internacionais de direitos humanos, nomeadamente no plano das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da Organização Internacional do Trabalho, tornando-se um verdadeiro "Estado de direitos humanos", na linha da frente em termos comparados.

The internal constitutional turn in 1976 was followed by a historical turn on the international front. In the four decades since then, Portugal has systematically endorsed the numerous international human rights conventions, namely those of the United Nations, the Council of Europe and the International Labour Organization, and has become a truly frontline "human rights State".

IGC/CDH

Stefan Löfven

Primeiro-Ministro da Suécia / Co-presidente da Comissão Mundial
Sweden Prime Minister / Co-chair Global Commission

Cyril Ramaphosa

Presidente da República de África do Sul / Co-presidente da Comissão Mundial
South Africa President / Co-chair Global Commission

Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho, 2019
Global Commission on the Future of Work, 2019

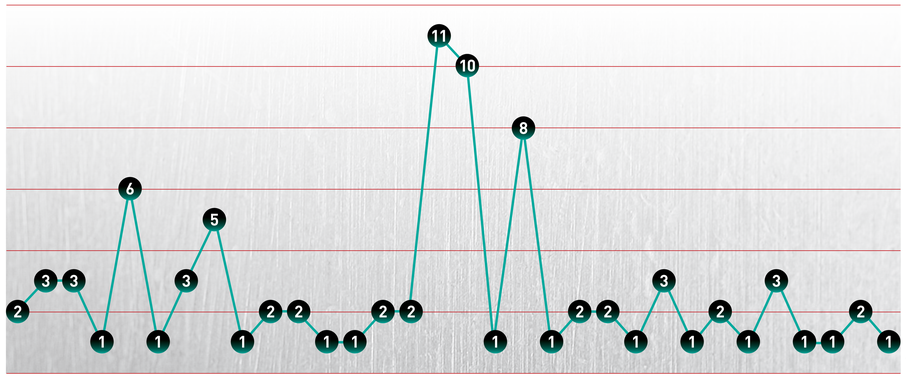
Os fundadores da OIT confiaram à Organização a elaboração de normas internacionais do trabalho e de políticas concebidas para humanizar as condições de trabalho. O princípio fundamental que orientou essas normas foi o de que o trabalho não é uma mercadoria e que os seres humanos têm o direito de perseguir o seu bem-estar material e o seu desenvolvimento espiritual em condições de liberdade e de dignidade, de segurança económica e em igualdade de oportunidades. Isto é verdade ainda hoje. Estamos convencidos de que a adesão a estes princípios beneficiará consideravelmente as sociedades à medida que estas vão transitando no contexto das mudanças que se estão a operar no mundo do trabalho.

The ILO's founders charged the Organization with drawing up international labour standards and policies for the attainment of humane working conditions. The most fundamental principle guiding those standards was that labour is not a commodity and that people have the right to pursue their material well-being and spiritual development in conditions of freedom and dignity, economic security and equal opportunity. This is still true today. We are convinced that adhering to these principles will greatly benefit societies as they transition through changes in the world of work.

© Copyright ILO

Portugal – Ratificação de Convenções da OIT 1928 a 2019

ILO Conventions ratification from 1928 to 2919

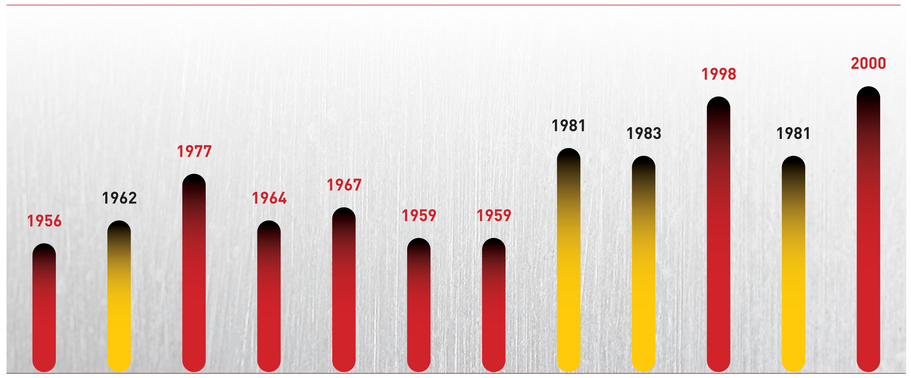


ILO/Normlex

Número de ratificações de convenções da OIT por Portugal, por ano desde a primeira em 1928 / Number of ratification of ILO conventions by Portugal, per year since the first in 1928

Portugal – Convenções fundamentais e prioritárias ratificadas

Fundamental and priority conventions ratified



Convenção fundamental: (C0 29 e C0 105 Trabalho forçado; C0 87 e C0 98 Liberdade sindical; C0 100 e C011 sobre igualdade; C0 138 e C0 182 Trabalho infantil). **Convenção prioritária: (C0 81 Inspeção do trabalho; C029 inspeção do trabalho na agricultura; C022 política de emprego; C0 144 Consultas tripartidas)** / Fundamental Convention: (C029 and C105 on forced labour; C087 and C098 on trade union freedom; C100 and C111 on equal rights; C138 and C182 on child labour).
Governance Convention: (C081 on labour inspection; C129 on labour inspection in agriculture; C122 on employment policy, and C144 on tripartite consultation)

Convenções ratificadas por Portugal entre 1928 e 2019.
A amarelo as convenções em vigor e a branco as que foram denunciadas.

Conventions ratified by Portugal between 1928 and 2019.
Yelow as conventions in force and white those have been denounced.

C001 - Duração do trabalho Indústria, 1919
C001 - Hours of Work (Industry) Convention, 1919

C004 - Trabalho noturno de mulheres, 1919
C004 - Night Work (Women) Convention, 1919

C006 - Trabalho noturno de menores (Indústria), 1919
C006 - Night Work of Young Persons (Industry) Convention, 1919

C007 - Idade mínima de admissão (trabalho marítimo), 1920
C007 - Minimum Age (Sea) Convention, 1920

C008 - Subsídio de desemprego em caso de perda por naufrágio, 1920
C008 - Unemployment Indemnity (Shipwreck) Convention, 1920

C011 - Direito de associação e coligação dos trabalhadores agrícolas, 1921
C011 - Right of Association (Agriculture) Convention, 1921

C012 - Reparação de acidentes de trabalho (agricultura), 1921
C012 - Workmen's Compensation (Agriculture) Convention, 1921

C014 - Descanso Semanal (indústria), 1921
C014 - Weekly Rest (Industry) Convention, 1921

C017 - Reparação dos acidentes de trabalho, 1925
C017 - Workmen's Compensation (Accidents) Convention, 1925

C018 - Doenças Profissionais, 1925
C018 - Workmen's Compensation (Occupational Diseases) Convention, 1925)

C019 - Igualdade de tratamento entre trabalhadores estrangeiros e nacionais em matéria de reparação de acidentes de trabalho, 1925
C019 - Equality of Treatment (Accident Compensation) Convention, 1925

C022 - Contrato de trabalho dos marítimos, 1926
C022 - Seamen's Articles of Agreement Convention, 1926

C023 - Repatriamento dos marítimos, 1926
C023 - Repatriation of Seamen Convention, 1926

C026 - Métodos de fixação dos salários mínimos, 1928
C026 - Minimum Wage-Fixing Machinery Convention, 1928

C027 - Indicação de peso nos grandes volumes transportados em barco, 1929
C027 - Marking of Weight (Packages Transported by Vessels) Convention, 1929

C029 - Trabalho forçado, 1930
C029 - Forced Labour Convention, 1930

C045 - Emprego de mulheres em trabalhos subterrâneos, 1935
C045 - Underground Work (Women) Convention, 1935

C063 - Estatísticas de salários e de horas de trabalho, 1938
C063 - Convention concerning Statistics of Wages and Hours of Work, 1938

C068 - Alimentação e serviço de mesa a bordo (tripulação dos navios), 1946
C068 - Food and Catering (Ships' Crews) Convention, 1946

C069 - Diploma de aptidão profissional dos cozinheiros de bordo, 1946
C069 - Certification of Ships' Cooks Convention, 1946

C072 - Férias remuneradas dos marítimos, 1946
C072 - Paid Vacations (Seafarers) Convention, 1946

C073 - Exame médico dos marítimos, 1946
C073 - Medical Examination (Seafarers) Convention, 1946

C074 - Certificado de aptidão de marinheiro qualificado, 1946
C074 - Certification of Able Seamen Convention, 1946

C075 - Alojamento da tripulação a bordo, 1946
C075 - Accommodation of Crews Convention, 1946

C077 - Exame médico de aptidão de crianças e adolescentes (indústria), 1946
C077 - Medical Examination of Young Persons (Industry) Convention, 1946

C078 - Exame médico de aptidão de crianças e adolescentes (trabalhos não industriais), 1946
C078 - Medical Examination of Young Persons (Non-Industrial Occupations), 1946

C081 - Inspeção do trabalho, 1947
C081 - Labour Inspection Convention, 1947

C087 - Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical, 1948
C087 - Freedom of Association and Protection of the Right to Organise, 1948

C088 - Organização do serviço de emprego, 1948
C088 - Employment Service Convention, 1948

C089 - Trabalho noturno de mulheres (revisão), 1948
C089 - Night Work (Woman) Convention (Revised), 1948

C091 - Férias remuneradas dos marítimos (revisão), 1949
C091 - Paid Vacations (Seafarers) Convention (Revised), 1949

C092 - Alojamento da tripulação a bordo, 1949
C092 - Accommodation of Crews Convention (Revised), 1949

C095 - Proteção do salário, 1949
C095 - Protection of Wages Convention, 1949

C096 - Agências de colocação não gratuitas (revisão), 1949
C096 - Fee-Charging Employment Agencies Convention (Revised), 1949

C097 - Trabalhadores migrantes (revisão), 1949
C097 - Migration for Employment Convention (Revised), 1949

C098 - Direito de organização e de negociação colectiva, 1949
C098 - Right to Organise and Collective Bargaining Convention, 1949

C100 - Igualdade de remuneração, 1951
C100 - Equal Remuneration Convention, 1951

C102 - Segurança Social (norma mínima), 1952
C102 - Social Security (Minimum Standards) Convention, 1952

C103 - Proteção da Maternidade, 1952
C103 - Maternity Protection Convention (Revised), 1952

C104 - Abolição das sanções penais (trabalhadores indígenas), 1955
C104 - Abolition of Penal Sanctions (Indigenous Workers) Convention, 1955

C105 - Abolição do trabalho forçado, 1957
C105 - Abolition of Forced Labour Convention, 1957

C106 - Descanso semanal (comércio e escritórios), 1957
C106 - Weekly Rest (Commerce and Offices) Convention, 1957

C107 - Populações aborígenes e tribais, 1957
C107 - Indigenous and Tribal Populations Convention, 1957

C108 - Documentos de identificação dos marítimos, 1958
C108 - Seafarers' Identity Documents Convention, 1958

C109 - Salários, duração do trabalho a bordo e lotações (revisão), 1958
C109 - Wages, Hours of Work and Manning (Sea) Convention (Revised), 1958

C111 - Discriminação (emprego e profissão), 1958
C111 - Discrimination (Employment and Occupation) Convention, 1958

C115 - Proteção contra as radiações, 1960
C115 - Radiation Protection Convention, 1960

C117 - Política Social (objectivos e normas de basel, 1962
C117 - Social Policy (Basic Aims and Standards) Convention, 1962

C120 - Higiene (comércio e escritórios), 1964
C120 - Hygiene (Commerce and Offices) Convention, 1964

C122 - Política de emprego, 1964
C122 - Employment Policy Convention, 1964

C124 - Exame médico dos adolescentes (trabalhos subterrâneos), 1965
C124 - Medical Examination of Young Persons (Underground Work) Convention, 1965

C127 - Peso máximo, 1967
C127 - Maximum Weight Convention, 1967

C129 - Inspeção do trabalho (agricultura), 1969
C129 - Labour Inspection (Agriculture) Convention, 1969

C131 - Fixação dos salários mínimos, 1970
C131 - Minimum Wage Fixing Convention, 1970

C132 - Férias anuais remuneradas (revisão), 1970
C132 - Holidays with Pay Convention (Revised), 1970

C135 - Representantes dos trabalhadores, 1971
C135 - Workers' Representatives Convention, 1971

C137 - Repercussões sociais dos novos métodos das operações portuárias, 1973
C137 - Dock Work Convention, 1973

C138 - Idade mínima de admissão ao emprego, 1973
C138 - Minimum Age Convention, 1973

C139 - Prevenção e controlo dos riscos profissionais causados por substâncias e agentes cancerígenos, 1974
C139 - Occupational Cancer Convention, 1974

C142 - Valorização dos recursos humanos, 1975
C142 - Human Resources Development Convention, 1975

C143 - Trabalhadores migrantes (disposições complementares), 1975
C143 - Migrant Workers (Supplementary Provisions) Convention, 1975

C144 - Consultas tripartidas destinadas a promover a aplicação das normas internacionais do trabalho, 1976
C144 - Tripartite Consultation (International Labour Standards) Convention, 1976

C145 - Continuidade do emprego (marítimos), 1976
C145 - Continuity of Employment (Seafarers) Convention, 1976

C146 - Férias anuais remuneradas (marítimos), 1976
C146 - Seafarers' Annual Leave with Pay Convention, 1976

C147 - Marinha mercante (normas mínimas), 1976
C147 - Merchant Shipping (Minimum Standards) Convention, 1976

C148 - Ambiente de trabalho (poluição do ar, ruído e vibrações), 1977
C148 - Working Environment (Air Pollution, Noise and Vibration) Convention, 1977

C149 - Pessoal de enfermagem, 1977
C149 - Nursing Personnel Convention, 1977

C150 - Administração do trabalho (papel, funções e organização), 1978
C150 - Labour Administration Convention, 1978

C151 - Relações de Trabalho na Função Pública, 1978
C151 - Labour Relations (Public Service) Convention, 1978

C155 - Segurança e saúde dos trabalhadores, 1981
C155 - Occupational Safety and Health Convention, 1981

C156 - Trabalhadores com responsabilidades familiares, 1981
C156 - Workers with Family Responsibilities Convention, 1981

C158 - Cessação da relação de trabalho, 1982
C158 - Termination of Employment Convention, 1982

C159 - Readaptação profissional e emprego de deficientes, 1983
C159 - Vocational Rehabilitation and Employment (Disabled Persons) Convention, 1983

C160 - Estatísticas do trabalho, 1985
C160 - Labour Statistics Convention, 1985

C162 - Segurança na utilização do amianto, 1986
C162 - Asbestos Convention, 1986

C171 - Trabalho noturno, 1990
C171 - Night Work Convention, 1990

C173 - Proteção dos Créditos dos Trabalhadores em Caso de Insolvência do Respetivo Empregador, 1992
C173 - Protection of Workers' Claims (Employer's Insolvency) Convention, 1992

C175 - Trabalho a tempo parcial, 1994
C175 - Part-Time Work Convention, 1994

C176 - A segurança e saúde nas minas, 1995
C176 - Safety and Health in Mines Convention, 1995

C181 - Agências de emprego privadas, 1997
C181 - Private Employment Agencies Convention, 1997

C182 - Interdição das piores formas de trabalho das crianças, 1999
C182 - Worst Forms of Child Labour Convention, 1999

C183 - Proteção da maternidade, 2000
C183 - Maternity Protection Convention, 2000

C184 - Segurança e saúde na agricultura, 2001
C184 - Safety and Health in Agriculture Convention, 2001

Convenção do Trabalho marítimo, 2006
Maritime Labour Convention, 2006, as amended (MLC, 2006)

C187 - Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, 2006
C187 - Promotional Framework for Occupational Safety and Health, 2006

C189 - Trabalhadores e trabalhadoras do serviço doméstico, 2011
C189 - Domestic Workers Convention, 2011